

CORPOS DISSIDENTES NA ESCOLA: RESISTÊNCIAS E VIOLÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR



DISSIDENT BODIES IN SCHOOL: RESISTANCE AND VIOLENCE IN EVERYDAY SCHOOL LIFE

GREGÓRIO SANTIAGO MOREIRA DE ARRUDA

Graduação em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (2023); Professor de Ensino Fundamental I na EMEF Profa. Luzia Godoy.

RESUMO

Este estudo analisa como os corpos dissidentes — aqueles que escapam das normatividades de gênero, sexualidade, raça, capacitismo e padrão corporal — são percebidos, disciplinados e confrontados no cotidiano escolar. Com base em uma abordagem teórico-crítica e interseccional, fundamentada em autores como Butler (2003), Bento (2011) e Foucault (1975), o artigo discute os mecanismos de exclusão (explícitos e sutis) enfrentados por estudantes cujas expressões identitárias e corporais não se adequam aos padrões normativos impostos pela escola. A pesquisa ainda destaca práticas de resistência e reexistência que emergem como formas de enfrentamento à violência simbólica e institucional, e propõe caminhos pedagógicos para uma escola inclusiva que acolha a pluralidade dos corpos e subjetividades.

Palavras-chave: Corpos dissidentes; Violências simbólicas; Educação; Racismo; Lgbtfobia

ABSTRACT

This study analyzes how dissident bodies—those that escape the norms of gender, sexuality, race, ableism, and body standards—are perceived, disciplined, and confronted in everyday school life. Based on a theoretical-critical and intersectional approach, grounded in authors such as Butler (2003), Bento (2011), and Foucault (1975), the article discusses the mechanisms of exclusion (both explicit

and subtle) faced by students whose identity and bodily expressions do not conform to the normative standards imposed by the school. The research also highlights practices of resistance and reexistence that emerge as ways of confronting symbolic and institutional violence, and proposes pedagogical paths for an inclusive school that welcomes the plurality of bodies and subjectivities.

Keywords: Dissident bodies; Symbolic violence; Education; Racism; Lgbtphobia

INTRODUÇÃO

Nos contextos escolares, os corpos dissidentes — ou seja, aqueles que não se conformam aos padrões hegemônicos de gênero, sexualidade, raça, aparência física, identidade religiosa ou capacidade funcional — continuam sendo sistematicamente vigiados, marginalizados e violentados, ainda que de forma muitas vezes naturalizada. A escola, ao mesmo tempo que se propõe como espaço de emancipação e garantia de direitos, opera frequentemente como instância reguladora da norma, reforçando valores cisheteronormativos, racistas, capacitistas, gordofóbicos e cristão-cêntricos. Esses padrões não se impõem apenas nos discursos curriculares formais, mas atravessam o cotidiano escolar em suas relações, expectativas e práticas pedagógicas.

Historicamente, a instituição escolar consolidou-se como um dos principais aparatos de controle dos corpos e da subjetividade. Michel Foucault (1975) já nos alertava sobre a dimensão disciplinadora da escola como tecnologia de poder: seu papel não se restringe à transmissão de conteúdos, mas também à produção de corpos dóceis, previsíveis e normatizados. Judith Butler (2003) amplia essa discussão ao refletir sobre a performatividade de gênero e como as identidades são reguladas por um sistema que pune o que escapa à matriz da inteligibilidade social. No Brasil, autoras como Berenice Bento (2011) trazem a interseccionalidade como chave de leitura para entender que os corpos são lidos e tratados de forma desigual a depender de seus marcadores sociais.

Neste cenário, estudantes que não performam o masculino ou o feminino conforme os códigos esperados, que não compartilham da branquitude como norma estética e intelectual, que não correspondem ao corpo magro e produtivo como padrão de excelência, ou que expressam sua religiosidade fora do cristianismo dominante, enfrentam múltiplas camadas de exclusão. Essas violências podem ser explícitas — como ofensas, ameaças, exclusão de atividades, bullying ou violência física —, mas também se manifestam de forma sutil e institucionalizada, como a omissão de seus corpos e histórias no currículo, a recusa em usar o nome social, o silêncio diante do racismo, a culpabilização pela “falta de disciplina” ou o tratamento patologizante diante da diferença.

Este artigo tem por objetivo compreender como essas violências se manifestam no cotidiano escolar, de que forma os corpos dissidentes são vigiados, corrigidos ou eliminados simbólica e materialmente,

e, sobretudo, como resistem e reexistem. A perspectiva adotada é teórico-crítica e interseccional, fundamentada na articulação entre os estudos de gênero, sexualidade, raça e deficiência, em diálogo com práticas pedagógicas concretas desenvolvidas em escolas públicas municipais de São Paulo.

A pesquisa ainda busca identificar práticas de resistência e cuidado que se constroem a partir de brechas — no afeto entre estudantes, na escuta de alguns educadores, na força dos movimentos sociais e nas estratégias de enfrentamento que emergem mesmo em contextos marcados por precarização. A noção de reexistência, aqui, é central: não se trata apenas de resistir à violência, mas de reinventar modos de estar no mundo, de construir presenças que desafiem os limites da norma e afirmem outras possibilidades de vida.

A estrutura do artigo está organizada em três partes. A primeira discute o referencial teórico, abordando os conceitos de corpos dissidentes, performatividade, controle e interseccionalidade, além da fundamentação legal que sustenta o direito à diversidade na educação. A segunda seção analisa as formas de violência simbólica e institucional que operam nas escolas, com foco nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos e nas relações interpessoais. A terceira parte apresenta experiências concretas de resistência, tanto protagonizadas por estudantes quanto por educadores, mapeando caminhos possíveis para uma pedagogia que acolha a pluralidade dos corpos e subjetividades.

A relevância do tema se dá não apenas pela urgência de combater a LGBTfobia, o racismo, o capacitismo e outras formas de opressão escolar, mas também por apontar para a necessidade de uma formação cidadã que não normalize a violência nem silencie a diferença. Como objetivos específicos, este estudo busca:

1. Identificar os principais entraves para a efetiva valorização da diversidade de corpos e identidades no cotidiano escolar;
2. Compreender as formas de exclusão explícita e velada que recaem sobre os estudantes dissidentes;
3. Mapear experiências pedagógicas que desafiem essas normatividades e proponham práticas mais inclusivas e afetivamente comprometidas.

Ao dar visibilidade a essas questões, o artigo pretende contribuir com o debate sobre uma escola mais justa, plural e crítica, capaz de reconhecer o conflito como parte de sua função social e de transformar-se em espaço onde todos os corpos possam não apenas estar, mas existir plenamente.

TEORIAS SOBRE CORPOS DISSIDENTES: O DISCIPLINAMENTO E A SUBVERSÃO

Os corpos dissidentes são aqueles que desafiam e escapam dos padrões hegemônicos impostos pela sociedade em relação a gênero, sexualidade, raça, aparência física, capacidade e outras

categorias identitárias. Estes corpos são sistematicamente submetidos a um processo contínuo de disciplinamento, controle e exclusão, que visa enquadrá-los dentro do que é socialmente considerado “normal” ou “aceitável”. O enfrentamento desse processo, por sua vez, cria um campo fértil para as práticas de resistência e subversão que podem transformar os próprios significados e limites da norma social.

Judith Butler (2003), com sua teoria da performatividade de gênero, contribui significativamente para a compreensão de como o gênero não é uma essência estável, mas sim uma série de atos reiterados que produzem e reproduzem identidades dentro de moldes normativos. No ambiente escolar, esse entendimento evidencia como as instituições monitoram e regulam os corpos dos estudantes, sancionando aqueles que se desviam da heteronormatividade e do binarismo de gênero. Essa vigilância constante atua de forma disciplinar, restringindo expressões e afetos que fogem do padrão cisgênero e heterossexual, além de impactar negativamente o desenvolvimento afetivo, social e acadêmico desses alunos.

Complementarmente, Michel Foucault (1975) aprofunda essa análise ao situar a escola como um espaço privilegiado de dispositivo de poder disciplinar. Por meio de práticas como a avaliação constante, a vigilância panóptica e a normalização dos corpos, a escola contribui para a construção de sujeitos conformados às normas sociais dominantes. Contudo, Foucault também destaca que o poder é sempre relacional e que, onde há disciplina, há potencial para resistência. Nesse sentido, os corpos dissidentes não são passivos; eles reagem, desobedecem, reinventam seus modos de existir, criando fissuras que desafiam e tensionam o regime normativo escolar.

Na prática cotidiana da rede municipal de São Paulo, marcada por uma rica diversidade racial, étnica, religiosa e de gênero, essas tensões entre disciplinamento e resistência são evidentes. Embora as Diretrizes Curriculares Municipais e a Política de Educação em Direitos Humanos tenham avançado ao estabelecer o respeito à diversidade como princípio, a implementação desses preceitos ainda enfrenta obstáculos significativos. Práticas pedagógicas conservadoras, formação docente limitada em temas de gênero, sexualidade, raça e deficiência, além da persistência de preconceitos estruturais, dificultam a concretização de uma educação que efetivamente acolha a pluralidade de corpos e identidades.

Entretanto, mesmo em meio a esses desafios, surgem iniciativas de resistência que se organizam a partir da mobilização de coletivos LGBTQIAP+, movimentos negros, grupos de mulheres e ativistas pela inclusão de pessoas com deficiência. Essas iniciativas, presentes em diferentes escolas da rede municipal, promovem ações educativas, culturais e políticas que buscam desconstruir preconceitos, fomentar o diálogo e ampliar o repertório curricular para além da normatividade dominante. Assim, elas apontam para a possibilidade concreta de uma escola que não apenas tolere, mas valorize a diversidade como elemento fundamental para a construção de uma cidadania plural, crítica e emancipatória.

FORMAS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E INSTITUCIONAL NO COTIDIANO ESCOLAR

As violências simbólica e institucional que operam no ambiente escolar representam formas sutis e explícitas de opressão que afetam profundamente a experiência educacional dos corpos dissidentes. Enquanto a violência simbólica se manifesta através da exclusão, invisibilização e desvalorização, a violência institucional é produzida pelas estruturas organizacionais e pelas políticas que regulam o funcionamento da escola, perpetuando desigualdades e discriminações arraigadas.

No âmbito da violência simbólica, podemos observar que o racismo se expressa de maneira perversiva: estudantes negros são frequentemente marginalizados, seja por serem ignorados durante as atividades, seja pela constante deslegitimação de seus saberes e culturas. O padrão eurocêntrico de beleza e inteligência domina silenciosamente as relações pedagógicas e sociais, reproduzindo estereótipos que minam a autoestima e o pertencimento desses estudantes. O cabelo natural, símbolo de resistência e identidade negra, é alvo de preconceito e regulamentações arbitrárias, evidenciando o quanto o corpo negro é regulado e controlado no espaço escolar.

Simultaneamente, a LGBTfobia materializa-se em microagressões que muitas vezes passam despercebidas, mas que configuram um cotidiano opressor para estudantes LGBTQIAP+. O uso equivocado de nomes e pronomes, a ausência quase total de representações positivas no material didático e a perpetuação de discursos patologizantes contribuem para a sensação de invisibilidade e rejeição. Além disso, o bullying explícito e velado direcionado a esses estudantes resulta em isolamento social, sofrimento emocional e evasão escolar.

A violência institucional, por sua vez, está ancorada em práticas e estruturas que legitimam a desigualdade. Na rede municipal de São Paulo, apesar de avanços normativos, a capacitação insuficiente dos profissionais da educação para lidar com as complexidades da diversidade racial, de gênero, sexual e corporal é um fator crítico que mantém o ciclo da exclusão. A formação inicial dos docentes, em sua maioria, não contempla de forma aprofundada temas como racismo estrutural, gordofobia, capacitismo e LGBTfobia, resultando em uma prática pedagógica que, por desconhecimento ou preconceito internalizado, pode reproduzir violências.

Além disso, o racismo estrutural se manifesta institucionalmente quando o currículo e a organização escolar reforçam o padrão eurocêntrico de normalidade. A marginalização de culturas e religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, é uma forma clara de intolerância que não apenas invisibiliza essas tradições, mas também contribui para a perpetuação do preconceito e da discriminação. A falta de espaços para diálogo e o estigma associado a essas práticas religiosas reforçam a exclusão cultural e religiosa, configurando uma dimensão pouco abordada nas políticas de diversidade.

Essas violências, simbólicas e institucionais, criam um ambiente escolar inseguro, onde os estudantes dissidentes muitas vezes se veem obrigados a **ocultar suas identidades** ou adaptar

comportamentos para evitar conflitos e marginalização. Tal contexto dificulta não apenas o aprendizado, mas também o desenvolvimento emocional e social desses estudantes, contribuindo para índices elevados de evasão e sofrimento psíquico.

Foucault (1975) oferece um aporte teórico fundamental para compreender esses fenômenos ao relacionar a escola com outras instituições disciplinares, como o hospício e a prisão. Todas compartilham dispositivos que regulam corpos e condutas, objetivando a produção de sujeitos dóceis e normatizados. A escola, por meio da divisão do tempo, da organização espacial, do controle das interações e da avaliação constante, atua como uma máquina de vigilância e normalização. Os corpos que fogem da norma — seja por meio da fala, do movimento, da expressão de gênero ou da aparência — são rotulados, silenciados ou corrigidos. Crianças que questionam, que se expressam de maneira não normativa ou que simplesmente não se encaixam nos padrões são, frequentemente, vistas como “problemas” a serem ajustados ou excluídos.

Este panorama impõe uma reflexão urgente: qual é o real papel da escola na formação dos sujeitos? Estamos preparando cidadãos críticos e autônomos ou reproduzindo um sistema que privilegia a conformidade e pune a diferença? Ao exigir que todos se comportem e se expressem de maneira uniforme, a escola reforça um padrão único — branco, cisgênero, magro, neurotípico — como paradigma da humanidade e da inteligência. Os corpos dissidentes, ao desafiar esse padrão, são vistos como desvios a serem corrigidos, e a escola, em vez de ser um espaço acolhedor e plural, torna-se um aparelho de opressão e exclusão.

Portanto, a violência escolar contra corpos dissidentes não é um fenômeno isolado ou natural, mas uma expressão das relações sociais e dos sistemas de poder que atravessam a educação. Enfrentá-la exige a desconstrução dessas normatividades e a construção de práticas pedagógicas e políticas institucionais que reconheçam e valorizem a multiplicidade das existências. Apenas assim a escola poderá cumprir seu papel emancipatório, promovendo a diversidade, a justiça social e o respeito às identidades plurais.

RESISTÊNCIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Apesar das variadas e persistentes formas de violência simbólica e institucional que permeiam o cotidiano escolar, é possível identificar e valorizar práticas pedagógicas que emergem como verdadeiras resistências à normatividade hegemônica e excludente. Essas práticas não apenas desafiam as estruturas tradicionais, mas também constroem possibilidades concretas de acolhimento, respeito e valorização da diversidade em suas múltiplas dimensões — de gênero, sexualidade, raça, corpo, neurodiversidade e outras.

A construção de uma escola inclusiva, portanto, exige um compromisso ético e político que transcenda ações pontuais e se integre ao projeto pedagógico de forma transversal. Projetos interdisciplinares que abordam os direitos humanos e a diversidade, por exemplo, têm se mostrado

caminhos eficazes para problematizar as opressões e ampliar o entendimento dos estudantes sobre as pluralidades humanas. A implementação desses projetos estimula o diálogo aberto, o questionamento das normas opressoras e a construção de ambientes escolares mais justos.

Na rede municipal de São Paulo, ainda que de forma gradual e localizada, já se observam iniciativas promissoras. Algumas escolas têm se destacado por criar espaços onde as identidades de gênero e as sexualidades dissidentes são discutidas com seriedade e respeito, em eventos que envolvem rodas de conversa, oficinas e palestras com a participação ativa de coletivos LGBTQIAP+, movimentos negros e outras organizações sociais. Essas articulações externas são fundamentais, pois trazem saberes e experiências que muitas vezes não estão presentes na formação formal dos educadores e colaboram para a construção de uma cultura escolar inclusiva e de resistência à LGBTfobia, ao racismo e a outras formas de discriminação.

É importante ressaltar que essas iniciativas, embora ainda sejam pontuais, produzem efeitos significativos no ambiente escolar, sobretudo para os estudantes que habitam as margens das normatividades. A possibilidade de ver suas identidades legitimadas e respeitadas dentro da escola cria um espaço seguro que favorece o desenvolvimento emocional, acadêmico e social desses alunos, contribuindo para a redução de situações de exclusão, bullying e evasão escolar.

A efetivação de uma pedagogia verdadeiramente inclusiva, contudo, depende de investimentos contínuos na formação dos profissionais da educação. A capacitação docente precisa ser permanente e abarcar um conjunto amplo de temáticas, que dialoguem com os desafios atuais da diversidade sexual, de gênero, racial, corporal e neurocognitiva. Não basta uma sensibilização superficial ou uma formação pontual; é necessário que os educadores estejam preparados para atuar com consciência crítica, ética e ferramentas práticas que lhes permitam reconhecer e acolher a complexidade dos estudantes dissidentes.

Além disso, a produção e a utilização de materiais pedagógicos que incluam a história, as contribuições e as vivências de pessoas negras, trans, gordas, com deficiência e outras identidades marginalizadas são passos essenciais para desconstruir estigmas e ampliar as referências positivas dentro da sala de aula. A representação plural nos conteúdos curriculares fortalece a autoestima dos estudantes e desafia o padrão único de normalidade imposto pela sociedade, oferecendo modelos diversos de existência e luta.

Entre as práticas que se mostram eficazes está a organização das chamadas “semanas da diversidade”, realizadas em algumas escolas da rede municipal. Esses eventos promovem debates e atividades sobre racismo, LGBTfobia, gordofobia, capacitismo, entre outros temas relacionados às opressões e exclusões. A abordagem transversal desses temas em todas as disciplinas contribui para que a diversidade seja compreendida como uma dimensão fundamental da experiência humana e

social, não uma questão marginal ou acessória. Mesmo quando temporárias, essas ações deixam um legado de conscientização e sensibilização que pode reverberar no clima escolar por muito tempo.

É importante frisar que essas resistências pedagógicas não são meramente simbólicas, mas representam movimentos concretos de transformação. Ao se constituírem como espaços de escuta ativa, empatia e diálogo, elas ampliam o sentido da escola para além do mero ensino de conteúdos, transformando-a em um lugar de convivência democrática, de reconhecimento e valorização das diferenças.

Por fim, para que essas práticas possam se consolidar e se expandir, é fundamental que haja um compromisso institucional que supere as resistências conservadoras e a precarização dos recursos educacionais. Políticas públicas claras, investimentos em formação, apoio técnico-pedagógico e a participação efetiva da comunidade escolar são pilares imprescindíveis para que a escola deixe de ser um local de exclusão e se torne um ambiente onde a pluralidade dos corpos e das subjetividades seja celebrada e respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra os corpos dissidentes no ambiente escolar é um reflexo direto da reprodução de normas sociais excludentes e hierarquizadas, profundamente enraizadas em estruturas históricas de desigualdade e opressão. Essas normas — que atravessam as esferas do gênero, sexualidade, raça, corpo, capacidade e outros marcadores identitários — são naturalizadas e reforçadas cotidianamente dentro das instituições educativas, produzindo efeitos de marginalização, silenciamento e invisibilidade para aqueles que se afastam do padrão hegemônico.

Nesse sentido, a educação pública municipal de São Paulo, enquanto espaço fundamental para a formação cidadã e social, possui um papel estratégico e imprescindível na desconstrução dessas normas opressivas e na promoção de ambientes escolares que acolham e valorizem a pluralidade de corpos, identidades e expressões. No entanto, para que essa transformação se efetive, é imprescindível que haja uma mobilização coletiva que envolva gestores, educadores, estudantes, famílias e a comunidade mais ampla, além de políticas públicas robustas e articuladas que garantam o respeito e a dignidade às diferenças.

As políticas educacionais da Prefeitura de São Paulo avançaram ao incorporar diretrizes voltadas à educação em direitos humanos, diversidade sexual, racial e de gênero, bem como à inclusão de estudantes com deficiência. Contudo, esses avanços esbarram na complexidade da prática escolar, onde a resistência cultural, a precarização dos recursos e a insuficiente formação docente comprometem a implementação plena dessas diretrizes. A falta de uma formação continuada que contemple as múltiplas dimensões da diversidade e as especificidades dos corpos dissidentes impede que os profissionais da educação atuem com a sensibilidade, o conhecimento e a segurança necessários para promover uma educação inclusiva e emancipatória.

É fundamental destacar que a inclusão não se limita ao acesso físico ou à simples presença do estudante na escola; ela demanda a criação de espaços de escuta ativa, respeito e valorização das identidades e das singularidades, em uma perspectiva interseccional que reconheça as sobreposições e especificidades das opressões. Para isso, a construção de materiais pedagógicos que representem a diversidade em suas múltiplas dimensões é uma ferramenta poderosa para desconstruir estigmas e ampliar as referências positivas para todos os alunos.

Além disso, o fortalecimento de práticas pedagógicas antinormativas — como projetos interdisciplinares, rodas de conversa, ações culturais e parcerias com coletivos sociais — demonstram que é possível construir escolas que sejam verdadeiros espaços de resistência, reexistência e transformação social. Essas iniciativas contribuem para que os estudantes dissidentes, que historicamente foram marginalizados e silenciados, possam vivenciar a escola como um ambiente seguro, acolhedor e propício para seu desenvolvimento integral.

Portanto, apesar das dificuldades e dos desafios que ainda se apresentam, a existência e o fortalecimento dessas práticas nos mostram que a escola inclusiva não é uma utopia distante, mas um horizonte possível e necessário. A tarefa que se impõe é coletiva e urgente: transformar as escolas municipais de São Paulo em territórios de convivência democrática, onde a diversidade seja compreendida, respeitada e celebrada como elemento constitutivo da humanidade.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Ed. Annablume/FAPESP, 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Currículo da cidade: Ensino Fundamental – Ciclo Interdisciplinar*. São Paulo: SME/COPED, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 09 maio 2025.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação das relações étnico-raciais no Brasil: reflexões e desafios*. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 47-62, jan./abr. 2004.